



UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MODELO DE GESTÃO TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL (TESE) NO ESTADO DO CEARÁ

Pedro Claesen Dutra Slva
Antônia Laysla Lima do Nascimento

RESUMO

Nessa pesquisa investigamos as contradições da implementação e o desenvolvimento do modelo de gestão tecnologia empresarial socioeducacional (TESE) no município de Iguatu - CE e a proposta pedagógica das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará (EEEP's). Analisamos documentos da TESE e da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, além de entrevistas realizadas com a diretora, uma professora e um aluno da escola. Observamos e problematizamos que o projeto de educação profissional analisado é permeado por contradições próprias do modo de produção capitalista e das disputas que atravessam as políticas públicas em geral e educacionais, em particular. Sobretudo, quando apontamos para um projeto educacional que almeje a formação para a cidadania em tempos tão complexos e tortuosos.

PALAVRAS CHAVES: TESE, Educação Profissional, Política Educacional.

A CRITICISM TO THE MANAGEMENT MODEL SOCIAL-EDUCATIONAL TECHNOLOGY (TESE) MANAGEMENT IN CEARÁ STATE

ABSTRACT

In this research we investigated the contradictions of the implementation and the development of the management model of social and educational business technology (TESE) in the city of Iguatu - CE and the pedagogical proposal of the State Schools of Professional Education of the State of Ceará (EEEP's). We analyzed documents from TESE and EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, as well as interviews with the principal, a teacher and a student at the school. We observe and problematize that the project of professional education analyzed is permeated by contradictions inherent to the capitalist mode of production and the disputes that run through public policies in general and education in particular. Above all, when we point to an educational project that aims at training for citizenship in such complex and tortuous times.

KEY WORDS: THESIS, Professional education, Educational politics.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se debruça sobre o modelo de gestão das Escolas Profissionalizantes (EEEP's) do Estado do Ceará. Um tema que vem provocando reflexões no que diz respeito à execução desse modelo de ensino, considerado por alguns a melhor saída para o trabalhador ser inserido no mercado de trabalho e, por outros, como uma grande ferramenta encontrada pelos capitalistas para atender a demanda do mercado de trabalho sem grandes investimentos.

Essa política educacional foi criada em 2008, pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC), atendendo ao decreto nº 6.094/2007, com o objetivo de implementar uma rede de escolas profissionais destinadas aos jovens da classe trabalhadora, com a proposta de desenvolver um novo conceito de educação, que alia a educação profissional ao ensino médio, possibilitando acesso ao ensino regular com qualificação profissional (BRASIL, 2007).

Para isso, adotou-se um modelo de gestão diferenciada das demais escolas regulares de ensino médio, a partir da implementação da denominada Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), fundamentada no documento Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), e adaptada à educação cearense, tendo como referência a experiência do Estado de Pernambuco (FARIAS; SANTOS; FREITAS, 2013 *apud* PEREIRA, 2015).

De acordo com Pereira (2015) ao optar por esse modelo, entende-se que a política de educação do estado do Ceará, passa a submeter a formação dos estudantes e a atividade docente aos interesses do mercado e a dinâmica empresarial, reproduzindo e legitimando a ideia de que o setor privado e o capital são portadores das soluções dos problemas que acarretam a escola pública na contemporaneidade.

Um dos princípios fundamentais da TESE é o de que a educação de qualidade deve ser o “negócio da escola”. Seguindo essa mesma lógica, a educação profissionalizante alinhada ao ensino médio, tem sido exaltada como a grande saída para o desemprego e a principal alternativa para a formação dos jovens da classe trabalhadora (PEREIRA, 2015).

A despeito da narrativa oficial, avalia-se que tal política educacional deve ser compreendida desde as contradições próprias desse modelo de gestão escolar inserida numa dinâmica social e econômica complexa, atravessada por crises e conflitos que não podem ser desconsiderados.

Atualmente estão em funcionamento 115 escolas estaduais de educação profissional, atingindo 49.741 alunos em 84 municípios, segundo os dados do portal da Educação Profissional (CEARÁ, 2015).

No ano de 2008 eram 4.181 vagas, em 2017 esse número foi elevado para 53. 679, sendo 80% das vagas destinadas aos estudantes de escola pública e os 20% restantes aos alunos da rede privada.

Para a realização da matrícula são estabelecidos anualmente, por meio de uma portaria, alguns critérios para o acesso de alunos às EEEP's, onde os mesmos precisam obter um perfil

desejado. Dentre eles, destaca-se o histórico escolar que dirá se o aluno está apto para o ingresso no curso escolhido.

Os demais requisitos para o ingresso nas EEEP's são: ter concluído o 9º ano do Ensino Fundamental, ou concluí-lo até o ato da matrícula; ter idade mínima de 14 anos até a data base do censo (última quarta-feira do mês de maio). Para os candidatos aos cursos do Eixo Ambiente e Saúde, a idade mínima deve ser de 14 anos e seis meses. A restrição de idade se deve à Lei de Estágio 11.788/08, que só autoriza alunos a estagiar a partir de 16 anos; observância à média das notas das disciplinas do 6º ao 9º ano (cujos critérios são explicitados na Portaria) (BRASIL, 2008).

O documento TESE evoca sua consonância com aquele relatório [relatório de Jacques Delors (UNESCO, 2010)], já que enfatiza os quatro pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. Porém, o que o documento não revela é sua íntima ligação com o quinto pilar instituído pelos sábios Ministros de Educação da América Latina: aprender a empreender, este sim, apesar de não referenciado diretamente, é percebido sem maiores esforços, já que o empreendedorismo é uma grande *expertise* para seus defensores e por isso, não precisa ser escondido, ao contrário, fazem questão de mostrá-la como uma espécie de *know-how* pessoal. Portanto, a ligação do projeto de integração escolar do Ceará ao espírito empreendedor do estudante das escolas profissionais, é flagrante (BARROS, 2013, p. 47).

Conforme a TESE/TEO, os jovens-trabalhadores são protagonistas do seu crescimento pessoal, onde estes são responsáveis pelo seu próprio sucesso. Ao enfatizar um discurso de empregabilidade, suscita aos jovens a promessa de um emprego garantido após o término do curso (ICE, 2010).

Nessa perspectiva, se sobressai o atendimento às “demandas do mercado” e não uma formação integral e ampla. Uma proposta que se torna confortável para o empresariado que terá profissionais minimamente qualificados pelo poder público, reduzindo seus gastos com a capacitação de trabalhadores, potencializando assim, a obtenção de lucros, o cerne do capital (SAVIANI, 2010).

Um dos princípios fundamentais da TESE é que a educação de qualidade deve ser o negócio da escola, como sinalizado anteriormente, e esse princípio deve fazer parte do pensamento de todos os integrantes da escola. Para os bons resultados, é necessário, como em todo negócio, uma comunicação eficiente. Nesse sentido, a TESE parte de dois critérios fundamentais: (1) quanto às pessoas – ciclo virtuoso; (2) quanto aos negócios – comunicação, parceria e confiança (ICE, 2010). O ciclo virtuoso inicia-se a partir da comunidade (cliente), posteriormente os líderes e liderados estabelecem uma parceria (parceiros internos) e o líder para a motivação do investidor social que aplica o capital.

Organograma do Ciclo Virtuoso da TESE. **Fonte:** Manual Modelo de Gestão (ICE, 2010).



A TESE considera o aluno como um cliente que necessita de serviços, ou seja, para as escolas oferecerem esse serviço é preciso investimento, entretanto, se não houver os dois, não se pode ter uma escola - empresa.

Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa, de forma geral, é analisar as contradições da implementação e desenvolvimento do modelo de gestão TESE no município de Iguatu, Estado do Ceará, a partir da Escola Lucas Emmanuel Lima Pinheiro. Para alcançar tal intento, traçamos como objetivos específicos: 1. Apreender os princípios, objetivos e estratégias presentes nos documentos e diretrizes do Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE); 2. Verificar como a Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel, implementa e desenvolve a TESE junto ao seu projeto político pedagógico e 3. Observar e analisar como os professores e estudantes assimilam e lidam com as ações e atividades promovidas e orientadas por esse modelo de gestão.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ensino profissionalizante no Brasil surge em meados do século XIX, junto com o processo de modernização do país e do incipiente desenvolvimento da vida urbana industrial. Desde suas primícias, a educação profissional sempre esteve voltada para a formação de um contingente de mão de obra minimamente qualificada, destinada apenas às classes populares. Na maioria das vezes, tal formação não se estabelecia a partir de escolas formais ou cursos sistemáticos (SAVIANI, 2013).

A história da educação profissional no Brasil tem vários episódios durante o período de 1800, como: a chegada da Família Real (1808) e a criação do Colégio de Fábricas (1809) pelo príncipe regente, futuro D. João VI, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público com o objetivo de ensinar ofícios, posteriormente às primeiras letras e depois, o primário completo aos artistas e aprendizes vindos de Portugal. Outros eventos marcaram o século XIX, entre eles, a abolição legal do trabalho escravo e a Proclamação da República (BARROS, 2013).

Segundo o mesmo autor, em escala mundial, a primeira revolução industrial provoca uma grande mudança na economia e nas tecnologias, onde várias invenções foram criadas, como o telefone, a lâmpada, o automóvel, a locomotiva, entre outras. Já no início do século XX, diante da aceleração da industrialização no país, fez-se necessário a formação de um trabalhador mais qualificado.

Desta forma, o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa. O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial e teve como uma das ações a declaração do Presidente da República, Afonso Pena (SAVIANI, 2010).

Em julho de 1909, com o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil e em 23 de setembro de 1909 assina o decreto nº 7.566 criando, inicialmente, 19 escolas

de aprendizes artífices, com o intuito de formar profissionais provenientes das camadas pobres da população (BARROS, 2013).

Além dos avanços tecnológicos e profundas transformações sociais, políticas e econômicas, a primeira metade do século XX também foi marcada pelas duas grandes guerras mundiais, que de certa forma foram determinantes para uma mudança quantitativa e qualitativa do padrão e ritmo de desenvolvimento brasileiro, emergindo a política “nacional desenvolvimentista”, com o objetivo da implantação do capitalismo nacional com base na industrialização (SAVIANI, 2013).

Ainda nesse contexto, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* é lançado em 1932, provocando novas expectativas e projetos no campo educacional. Os educadores propunham um programa de política educacional amplo e integrador. Esse documento tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. O mesmo denunciava a desorganização do sistema escolar e incentivava a proposta de um Estado que planejasse ações duráveis para o desenvolvimento do ser humano, fazendo com que ele tivesse uma maior “concepção de mundo”, defendendo a bandeira de uma escola única, pública, obrigatória e gratuita.

O *Manifesto* criou as bases para o surgimento do Ministério da Educação e Saúde, bem como da primeira reforma educacional de caráter nacional, sob o comando do ministro Francisco Campos. Dentre algumas medidas da reforma, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino secundário e comercial, destinado à formação do homem para os maiores setores de atividade nacional e, tratando mais do ensino comercial, secundário e superior (SAVIANI, 2013).

Para Saviani (2013), a segunda guerra mundial provocou uma crise econômica que atingiu todo o Brasil, assim o país precisou reformular e fortalecer as importações, pois precisava atender as demandas internas do país de bens de consumo. Assim, criou-se um parque industrial, demandando a qualificação que ainda não existia no país.

A escassez de mão de obra qualificada fez com que aumentasse o número de instituições de ensino profissional, e tomou como medida a transformação das antigas escolas de aprendizes e artífices em escolas técnicas federais, que tinham como objetivo formar técnicos para suprir a carência do país (BARROS, 2013).

Nesta conjuntura, Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937 – 1945), promulgou a constituição de 1937, que trataria especificamente do ensino profissional:

Art. 129 – (...) O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1937).

Esse cenário contribuiu para os fundamentos da reforma Capanema¹. Esta reforma tornou o ensino profissional uma modalidade de nível médio com o objetivo de formar trabalhadores para o processo de industrialização que o país demandava (SAVIANI, 2013).

O modelo *taylorista-fordista*, adotado no ensino profissional, contribuiu historicamente para a consolidação de um dualismo estrutural na formação da força de trabalho, pois o sistema educacional brasileiro passou a se orientar a partir de dois tipos de escolas, uma voltada para a formação intelectual e a outra para o profissional, fundada, obviamente, na divisão de classes.

O durante o regime empresarial-militar, ocorreram importantes reformas educacionais, entre elas a Reforma do Ensino Superior em 1968, e a Reforma do Ensino Primário em 1971, todas numa perspectiva autoritária e com o predomínio de uma pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2013).

Nos anos 1990, com emergência e consolidação do neoliberalismo, a educação também é impactada, passando por um processo intenso de mercantilização. Para Gentili *apud* Silva (1998, p. 104), nesse cenário:

A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho.

Em 17 de abril de 1997, por meio do decreto 2.208, foi estabelecida a separação formal entre ensino médio e técnico, produzindo para cada um, organizações e currículos específicos. Os mesmos são regidos pelo princípio da flexibilidade, com o intuito de oferecer maiores oportunidades de entrada e saída do sistema, tendo em vista a “empregabilidade” dos alunos (NETTO, 1995).

Isso mostra que, atualmente, o sistema educacional brasileiro é hegemônico por uma visão mercadológica, onde o que interessa é a capacidade de dar conta das tarefas, a qual é submetida, em detrimento de uma habilidade racional. Nas palavras de Gramsci, o indivíduo ausente de capacidade crítica é um “gorila adestrado”. Como ressalta Frigotto (2013, p. 44) *apud* Pereira (2015), “o ideário do capital humano é utilizado como estratégia para diminuição de desigualdades internacionais, regionais e individuais, apreende as relações sociais de forma enviesada e falseia as razões estruturais da exclusão”.

Uma vez mais se afirma que a inserção e o ajuste dos países “não desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” ao processo de globalização e na reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação. Todavia, não é de qualquer educação e formação. Que educação e formação são essas então? (FRIGOTTO, 2013 *apud* PEREIRA, 2015).

Trata-se de uma educação cuja formação é desenvolvida através de habilidades e competências para a produtividade e “empregabilidade”, com “habilidades” básicas de conhecimento e mínimas de valores.

¹ “Gustavo Capanema no MEC, após instituir a Universidade do Brasil, definida como modelo para as demais instituições de ensino superior que viessem a ser criadas no país, e promover, em 1938, a criação do INEP, cuja organização de direção foram confiadas a Lourenço Filho, promulgou as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reformas Capanema. Com isso, embora por reformas parciais, toda a estrutura educacional foi reorganizada” (SAVIANI, 2013, p. 268-269).

(...) A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual, que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo. É o crescimento excludente, em lugar do desenvolvimento inclusivo que se busca atingir no período Keynesiano. A teoria do capital humano foi, pois, refuncionalizada e é nessa condição que ela alimenta a busca de produtividade na educação. Eis por que a concepção produtiva, cujo predomínio na educação brasileira se iniciou na década de 1960, com a adesão à teoria do capital humano, mantém a hegemonia nos anos de 1990, assumindo a forma do neoprodutivismo (SAVIANI, 2013, p.430).

A década de 1990, marcada pela hegemonia do neoliberalismo, incorpora na escola e no conjunto das políticas educacionais, duas dinâmicas complementares entre si, de um lado uma orientação “neotecnicista” e do outro, uma verdadeira “pedagogia da exclusão”, deixando à margem do sistema de educação formal uma parcela significativa da população brasileira.

Durante os anos de 2003 e 2016, a educação como política social sofreu grandes mudanças e marcou a sociedade brasileira. Mudanças essas, muitas vezes em processos contraditórios e que mostram uma necessidade de reflexão.

Entre elas, na educação básica, a ampliação da obrigatoriedade escolar por meio da Emenda Constitucional (EC) nº. 59, de 11 de novembro de 2009, alterando os artigos 208, 211, 2012 e 214 da Constituição Federal Brasileira, assegurando a educação básica obrigatória e gratuita para os indivíduos dos quatro a dezessete anos de idade e aos que não tiveram acesso a ela na idade própria (BARROS, 2013). Outra EC que se pode destacar é a nº. 53, de 19 de dezembro de 2006, com uma nova redação ao § 5º do artigo 212 da Constituição Federal, garantindo como fonte adicional de financiamento, a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei; e ao artigo 60, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Através dessa emenda, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), com duração prevista para catorze anos e que teve a iniciativa regulamentada pela medida provisória nº. 339, de 28 de dezembro de 2006 e, posteriormente, pela Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007 (SAVIANI, 2013).

Outra importante conquista foi a conquista do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), através da lei 11.738/2008, por parte dos professores. Estabelecendo, mesmo que de forma insuficiente, a valorização da carreira docente (SAVIANI, 2010).

Para Barros (2013), todavia, as mudanças mais significativas ocorreram no segundo mandato do presidente Lula, entre elas, a instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um conjunto de programas com vistas à melhoria para educação brasileira e que veio acompanhada da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador para a verificação de qualidade na educação a partir dos dados do rendimento escolar e designando uma escala de 0 a 10 para a avaliação. O mesmo é calculado e divulgado periodicamente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Art. 3º. A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com

o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007).

Segundo Pereira (2015) a política de Educação Profissional no Brasil é marcada por fortes mudanças, caracterizada por uma expansão sem precedentes na nossa história. Ainda sobre a expansão da educação superior e profissional, Saviani (2010) destaca um aspecto que, apesar de ter se apresentado mais recentemente, vem cumprindo um papel central nesse processo: a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, junto a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), que passam a ter também como objetivo e finalidade a educação superior em várias áreas, embora com ênfase na formação profissionalizante e tecnológica.

Capitaneada nos últimos anos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído em 2011 por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo, segundo o Governo Federal, de “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público” (BRASIL, 2007). Considerado uma das maiores pautas governamentais desde a sua criação, o PRONATEC realizou mais de 8 milhões de matrículas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC) de 2011 a 2014, demandando um orçamento de 14 bilhões de reais (SAVIANI, 2013).

Tais cursos, completa o autor, além de ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através dos IF's, como também pelas redes estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica, têm tido a intermediação das instituições vinculadas ao Sistema S (SENAI, SENAT, SENAC, SENAR) e, mais recentemente, por demais instituições privadas habilitadas pelo MEC.

A criação do PRONATEC, que possibilitou a expansão da educação profissional no Brasil, seja através da rede pública ou privada de ensino, confirmou um novo cenário e novos dilemas para a qualificação da mão de obra, pondo em evidência importantes debates que marcam historicamente as reflexões em torno dessa modalidade de ensino, a exemplo: formação geral *versus* formação técnica; qualificação para o mercado de trabalho *versus* formação para cidadania; trabalho manual *versus* trabalho intelectual; ensino superior *versus* ensino profissional etc. (SAVIANI, 2010).

Debates e dilemas que não poderão ser aprofundados nesse texto, mas que também se rebatem sobre a realidade do Ceará a partir da expansão das EEEP's no Estado, que serão problematizadas a seguir, tendo como foco a Tecnologia Empresarial Sócio Educacional – TESE.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram feitas três entrevistas na Escola Lucas Emmanuel Lima Pinheiro – ELELP, com o objetivo de analisar e ter uma melhor compreensão do modelo de gestão - TESE, sua aplicabilidade na instituição e como os entrevistados vêem e apropriam-se da mesma. Optou-se pela entrevista semiestruturada, por se tratar de um procedimento que possibilita, segundo Minayo (2010), não só a obtenção de dados empíricos, mas

também observar e identificar opiniões em um nível mais complexo da realidade, a partir da contribuição dos sujeitos sociais envolvidos.

As entrevistas foram realizadas com um aluno (líder de sala), uma professora e um gestor, para que através desses diversos olhares pudéssemos ter uma análise mais precisa.

No primeiro momento, antes da realização de entrevistas, foi feita a leitura do termo de consentimento explicando quais os objetivos da pesquisa, oferecendo ao entrevistado a livre escolha de participar ou não e, posteriormente, a assinatura do mesmo, se for do interesse do entrevistado fazer parte. As entrevistas foram realizadas através da gravação de áudios para posteriormente serem transcritas.

Após os relatos dos entrevistados, foi possível ter uma melhor compreensão do modelo de gestão TESE, através do questionário que aborda temas como: expectativas e análise dos cursos e projetos ofertados na escola, o que diferenciam as escolas profissionais das demais, as expectativas profissionais e de formação após a conclusão do ensino médio, e os impactos da política de educação profissional na realidade local. Além das entrevistas, realizamos um estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar da instituição, analisando até que ponto o projeto é coerente ou não com a TESE e quais as referências diretas e indiretas do PPP com a mesma.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

Os princípios norteadores da proposta cearense têm como base a pedagogia do empreendedorismo e são orientados pelos pressupostos da TESE, inspirada na TEO como já citado ². De acordo com tais preceitos empresariais, “a gestão de uma escola pouco difere da gestão de uma empresa. Nada mais lógico que partir da experiência gerencial empresarial acumulada para desenvolver ferramentas de gestão” (ICE, 2010).

Assim, pode-se perceber a mudança que os integrantes da escola têm que assumir na busca pelo êxito da mesma, onde professores são orientados a estarem em processo de educação contínua na medida em que se exige deles a adesão a uma determinada ideologia para poder atuar em sala de aula. A adesão aos princípios e conceitos do documento empresarial é o principal pré-requisito para a aprovação na seleção. Isso sugere que essa adesão é imposta pela TESE para que os professores sejam admitidos na rede de ensino profissional.

Durante as entrevistas foi possível perceber a dificuldade e o receio por parte de alguns entrevistados de se posicionarem criticamente diante de alguns temas, inclusive sobre a TESE. Não só receio, mas também falta de conhecimento sobre a mesma. Como observado na fala de alguns entrevistados:

² Os conceitos norteadores desse projeto são: 1. Protagonismo juvenil: o Jovem como partícipe em todas as ações da escola (problemas e soluções) e construtor do seu Projeto de Vida. 2. Formação Continuada: educador em processo de aperfeiçoamento profissional e comprometido com seu autodesenvolvimento. 3. Atitude Empresarial – centro voltado para o alcance dos objetivos e resultados pactuados, utilizando de forma competente as ferramentas de gestão, sobretudo a Pedagogia da Presença e a Educação pelo Trabalho. 4. Corresponsabilidade: parceiros públicos e privados comprometidos com a melhoria da qualidade do Ensino Médio. 5. Replicabilidade: viabilidade da Proposta possibilitando a sua reprodução na rede Pública estadual (ICE, 2010).

Pra falar a verdade, não tenho a mínima ideia do que é a TESE. Já ouvi algumas vezes os professores citando a mesma apenas por cima, mas saber o que ela realmente é ou que ela propõe, eu não sei (Aluno).

Quando se iniciou bebemos muito na Tecnologia Empresarial, onde pudemos aprender a ter essa visão empresarial da educação sem perder a visão humana, foi onde aprendemos a trabalhar com metas, resultados, dimensão social, capitalização do conhecimento humano e aprendemos a trabalhar como empresa sem perder a qualidade de estar trabalhando com estudantes e família. Mas hoje já temos nosso próprio modelo de gestão que não é necessariamente mais a TESE, mas aprendemos com a mesma algumas premissas que ainda hoje embasam a nossa gestão, como a questão da liderança, tempo presença e isento e formação continuada. Hoje a escola não segue a TESE como em 2008, ela ganhou uma nova roupagem, uma nova cara de escola profissional, bebendo claro nos princípios da TESE. Uma das coisas que aprendemos com a TESE é que qualquer empresa e a escola nesse conjunto de empresa, ela só tem sustentabilidade na sua localidade se ela oferece serviços de qualidade (Diretora).

A tese é uma questão bem complexa! Todo mundo que trabalha na escola profissional sabe que as escolas profissionais são norteadas por esse modelo, mas ela de certa forma se adequa a nossa realidade social e acadêmica. Apesar de a escola ser fundamentada a uma questão de empresa, padrão e sociedade, nós somos bem mais do que isso, somos uma cadeia de relações sociais, de relações humanas e que apesar de estar fundamentada nesta tese, a escola funciona como um olhar diferente, pois o aluno não é visto como cliente de fato. Passar o dia na escola faz com que criamos vínculos, a partir do momento que eu enxergo meu aluno como indivíduo, essa minha relação muda. A avaliação que eu farei dele é diferente da avaliação que eu faria para um cliente (Professora).

Fica evidente que os professores necessitam entender esse modelo para que ele seja aplicado atendendo aos interesses governamentais. Como é perceptível também que os alunos “clientes” desconhecem a TESE, pois não é interessante que os mesmos saibam sua posição nos interiores das engrenagens de tal política. A gestão da educação profissional, nestes termos, tende a reproduzir o processo de mercantilização do ensino. A TESE elenca seus princípios pedagógicos a partir da educação de qualidade como o do negócio da escola; a busca de resultados considerando parcerias e confianças; criação de um ciclo virtuoso e centrado em: comunicação, parceria e confiança (ICE, 2010).

Há modificações de acordo com o contexto onde a escola é uma cadeia de relações sociais e humanas e, que apesar de estar fundamentada na TESE, ela cria sua própria forma de gerenciar, obviamente não se desvinculando totalmente daquela.

Notou-se em todas as posições, mesmo com inclinações diferentes, um grande otimismo com relação à experiência da escola. Expresso no discurso da excelência dos cursos ofertados, da possibilidade de garantia de emprego após a finalização dos estudos, de conquista de uma estabilidade financeira, da superioridade das escolas profissionais perante as escolas regulares, da integração entre formação humana e formação técnica, etc. Enfim, uma valorização bastante acentuada acerca dos cursos e projetos desenvolvidos.

Eu acho que as escolas profissionalizantes não se diferenciam apenas na formação técnica, na formação profissional dos estudantes, acho que em uma escola profissional você consegue ter muito mais acesso a ciência, a tecnologia, diferente do que você teria em uma escola regular (...). Acho que quando você sai da escola profissional, você tem uma grande base com relação ao mercado de trabalho, você já tem aquela ideia do trabalho que vai executar, é lógico que na prática vai ser muito diferente, mas quando o estudante de escola profissional entra no mercado de trabalho ele já consegue ter um engajamento e uma expectativa

maior com relação ao emprego por causa dessa formação técnica. No caso, no curso de eletrotécnica, no nosso país é muito escassa a formação e tem muitos trabalhos relacionados à área, inclusive os salários são bem avantajados quando você encontra um emprego bom. E as minhas expectativas são boas com relação ao curso, creio que estarei preparado para o mercado de trabalho. Pretendo ter um curso superior, acho que o curso técnico é de suma importância principalmente nessa estabilização, mas pretendo fazer o ensino superior (Aluno).

Na escola Lucas Emanuel são ofertados 4 cursos. Técnico em eletrotécnica, técnico em móveis, técnico em finanças e técnico em edificações. Existe uma pesquisa, o IPECE, de arranjo de mercado e trabalho, pesquisando a questão sobre política sócio econômica da região e apresenta para a secretaria as possibilidades de curso na região, a partir de então a secretaria estuda qual seria o planejamento orçamentário e a possibilidade de implementar o curso, se tem profissional ou não, como seria os laboratórios, como seria a inserção no mercado de trabalho e os estágios. Aqui inclusive nós temos um curso que só existe em três escolas no Estado do Ceará, que é o curso de técnico em móveis, que foi definido segundo a pesquisa que o Iguatu é um grande mercado moveleiro. Em regras os cursos não são permanentes, eles podem ser redefinidos justamente em toda essa conjuntura. Alguns cursos a gente muda porque já entende que a demanda já foi atendida na localidade. Mas a pesquisa se atualiza sempre e a gente é convidado a sempre estar presente se quiser mudar, dependendo da demanda (Diretora).

A escola não só proporciona a formação acadêmica do aluno no currículo escolar, como ela tem que trabalhar toda essa parte diversificada do aluno pra vida, para o social e pro mercado de trabalho, aliado a questão profissional com o curso técnico. O aluno sai da escola profissional com um leque de possibilidades com uma visão completamente diferente e muitos deles quando não se encontram num curso superior se encontram profissionalmente no mercado de trabalho (...). Acredito que deve ter tido uma pesquisa de mercado, uma pesquisa de campo pra saber que cursos atenderiam melhor a demanda da localidade. Eu não diria que os cursos seriam permanentes, quando a gente tem uma demanda de muitos profissionais em determinada área e não tem mercado, o curso pode ser mudado para se adequar a essa nova realidade (Professora).

Como citado nas falas dos entrevistados, os cursos ofertados na ELELP são: técnico em eletrotécnica, técnico em imóveis, técnico em finanças e técnico em edificações. Os mesmos são escolhidos através de uma pesquisa realizada pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), sobre a situação socioeconômica da região. A partir daí é apresentado à secretaria as demandas e possibilidades de cursos que a localidade tem de potencial. O curso de móveis, por exemplo, segundo a pesquisa, é uma demanda da realidade local e que só funciona em mais três escolas no Estado do Ceará.

Dessa forma, nota-se que os cursos ofertados têm como critério as demandas do mercado de trabalho, o que limita os horizontes e possibilidades de formação e de emprego e que entra, nessa avaliação, em contradição com o discurso humanista e de formação para a cidadania. É importante destacar que as formas de seleção desses cursos parecem ser desconhecidas por professores e alunos, como se percebe na fala dos mesmos, diferentemente da diretora. Sobre os projetos em si, destacam-se nas falas, a diversidade e amplitude das ações desenvolvidas, que procuram relacionar a formação técnica com a formação humana:

Projetos das mais variadas formas, desde a área de tecnologia até a área de ciências humanas. Inclusive no meu curso de eletrotécnica nós temos muito esse contato com a tecnologia no nosso dia a dia, e em quase todas as disciplinas nós temos projetos (Aluno).

Existem os projetos pedagógicos para o aluno aprender mais determinado conteúdo e tem os projetos que têm a sua função social, que além do conteúdo ele vai dar um feedback pra sociedade. A partir desse ano dentro do estágio dos alunos eles têm uma carga horária de 60h que é pra desenvolverem um projeto social, sair da escola, ir pra comunidade e apresentar o resultado. Tem os projetos científicos, participamos das feiras de ciências, culturais e científicas (Diretora).

Nós temos vários projetos e em várias áreas. Projetos da área de linguagens e códigos, ciências da natureza, ciências humanas e os alunos trabalham com projetos que são aliados a formação técnica, acadêmica e social (Professora).

Observa-se que os projetos desenvolvidos na escola fazem parte do dia a dia dos alunos. Porém, mais uma vez, os mesmos são destinados a terem metas e resultados, mesmo desenvolvendo um projeto social, tendo 60h para cumprir seu dever como “aluno humanista” e mostrar para todos que teve êxito.

Segundo o diálogo com os entrevistados, grandes foram os impactos da política de educação profissional na realidade do município de Iguatu, desde a demanda pelos cursos até a credibilidade que a comunidade deu a escola profissional. Tendo em vista a valorização demasiada da TESE e o diálogo aclamador das escolas profissionais como expostos nas falas dos entrevistados, se faz necessário, num outro momento, observar e analisar relatórios e dados que mostram esses impactos positivos.

Chama-se atenção para a presença de uma espécie de dualismo interno existente na rede: escolas profissionais *versus* regulares. Nos discursos dos entrevistados enfatiza-se a “vantagem” em estudar nas escolas profissionais. Nota-se que o diferencial, para eles, é a formação que a escola oferece, pela rotina de estudo e principalmente pela perspectiva que a TESE insere neles, de que a escola profissional é mais eficiente.

Os professores que estão inseridos na escola, por passarem por toda a formação da TESE, têm a perspectiva de que devem dar o máximo de si, que os alunos também têm que dar seu máximo para que no final a escola tenha um resultado positivo, tanto de aprovação, como baixa na taxa de evasão e bons resultados nas avaliações externas. Daí se inicia a dualidade entre escolas profissionais e regulares, pois a primeira não querem estar abaixo do *ranking* e por isso competem entre si.

5. CONCLUSÃO

A TESE tem estratégia político-pedagógica aliar educação e empreendedorismo, onde a escola é tratada com uma empresa, e esta, como toda empresa, necessita obter metas, responder positivamente às avaliações externas e responder às demandas do mercado. Com base no modelo pedagógico inserido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, percebe-se que essa modalidade de educação é entendida como uma solução para o desenvolvimento do país, dos estados e municípios, bem como para a reestruturação do capital em crise. Porém, essa solução ao mesmo tempo em que qualifica minimamente o trabalhador, torna-o incapaz de compreender sua posição nos interiores das engrenagens de tal política.

Compreende-se que o modo como o modelo de gestão fundamenta as Escolas Estaduais de Educação Profissional, a TESE, tem como principal objetivo a formação de “um novo tipo de

trabalhador”, onde os mesmos precisam “saber empreender”, como é pautado em seu quinto pilar. Na pesquisa desenvolvida na ELELP, identificou-se ainda um elemento que aponta para alguns limites do modelo proposto pela TESE, qual sejam as dificuldades do mercado incorporar integralmente os jovens, que são formados pela instituição. Não poderia ser diferente, uma vez que as oscilações e imprevisibilidades são inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista.

Na nossa avaliação, a necessidade de “soluções”, materiais e metodologias vindas fora da escola, acaba por ferir a autonomia do docente e as possibilidades criativas e inventivas da comunidade escolar em apresentar caminhos educacionais e pedagógicos de um novo tipo.

6. REFERÊNCIAS

BARROS, R. B. **O ensino médio profissionalizante no Estado do Ceará: a empregabilidade vencendo a formação integral.** Universidade Estadual do Ceará – UECE / 68 págs, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/fundeb_mp.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil:** leis constitucionais, novembro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso: 04 de junho de 2017.

_____. **Decreto nº 6.094.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Abril, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso: 04 de junho de 2017.

_____. **Lei nº 11.788, Setembro, 2008.** Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso: 08 de novembro de 2017.

CEARÁ. **Educação Profissional.** Secretaria de Educação. Governo do Estado do Ceará, 2015. Disponível em: <http://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso: 17 de outubro de 2017.

GENTILI, A. A. P; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação:** visões críticas. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE. **Manual Operacional:** Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) / Uma nova escola para a Juventude Brasileira / Escolas de Ensino Médio em tempo integral), 2010. Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_ModeloGestao.pdf. Acesso: 02 de novembro de 2017.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em: 26 de outubro de 2017.

MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, G. **Formação de professores para a Educação Profissionalizante no Estado do Ceará:** crítica à pedagogia do empreendedorismo. Quixadá: p. 16, 2015.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica** - V. 8, nº. 2; ago./dez. Págs. 4-17, 2010. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/14035/8876>. Acesso: 27 de novembro de 2017.

_____. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª Edição- Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso 10 de novembro de 2017.